

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/393776792>

Condições externas e a extinção de complexos parciais do Ser-Social

Conference Paper · July 2025

CITATIONS

0

READS

4

1 author:



[Lucas Trentin Rech](#)

Federal University of Bahia

27 PUBLICATIONS 16 CITATIONS

SEE PROFILE

Condições externas e a extinção de complexos parciais do Ser-Social

Resumo

O trabalho busca desenvolver, de forma bastante preliminar, a partir da *Ontologia* do Ser-Social de Gyorgy Lukács (2018), uma compreensão da relação entre a extinção de complexos orgânico-naturais, como por exemplo os biomas, e a extinção de complexos parciais do ser-social. Para tal, se parte de uma exposição mediada daquilo que se entende, a partir de sua relação metabólica com o meio ambiente, como a ‘natureza’ ontológica do desenvolvimento do ser-social. Conclui-se que, dado que é a partir do metabolismo com a natureza que o ser humano desenvolve-se e reproduz-se dinamicamente, alterações que coloquem em risco a vida orgânica e animal que serviram de suporte às realizações de determinado complexo do ser-social, colocam em risco, também, a reprodução daquele complexo parcial

Palavras-chave: Ontologia; Meio-Ambiente; Ser-Social; Extinção

Abstract

The work seeks to develop, in a preliminary way, from Gyorgy Lukács' *Ontology of Social Being* (2018), an understanding of the relationship between the extinction of organic-natural complexes, such as biomes, and the extinction of partial complexes of social being. To do this, we start with a mediated exposition of what is understood, based on its metabolic relationship with the environment, as the ontological ‘nature’ of the development of social beings. The conclusion is that as it is from the metabolism with nature that human beings develop and reproduces itself dynamically, alterations that jeopardize organic and animal life that served as support for the realization of a certain complex of social being, also jeopardize the reproduction of that partial complex.

Keywords: Ontology; Environment; Social-being; Extinction

Introdução

Nesse ensaio se busca desenvolver, de forma bastante preliminar, a partir da *Ontologia* do Ser-Social de Gyorgy Lukács (2018), uma compreensão da relação entre a extinção de complexos orgânico-naturais, como por exemplo os biomas, e a extinção de complexos parciais do ser-social. Para tal, se parte de uma exposição mediada daquilo que se entende, a partir da relação metabólica entre ser humano e meio ambiente, como a ‘natureza’ ontológica do desenvolvimento do ser-social.

Para isso, na primeira seção desse texto apresentamos, sobretudo a partir da *Ontologia*, o ser-humano como um ser que reage. Isto é, “o entorno põe, à sua existência, à sua reprodução, condições, tarefas etc.” (Lukács, 2018, p. 250). Entretanto, essa resposta ao entorno não é imediata, mas sim mediada pela posição teleológica, que direciona o processo de trabalho tanto na definição de finalidade quanto na escolha dos

meios para a realização do trabalho. É essa forma de resposta exclusiva do ser-humano, o trabalho, que, no capítulo cinco d' *O Capital*, será apresentada por Marx (2013) como a atividade fundante do ser-humano. Essa fundação do ser-humano a partir do trabalho, contudo, não se encerra no *salto ontológico* do ser animal para o ser humano, mas é dinamicamente renovada mediante o exercício do trabalho. É dizer que o ser humano é um ser em constante transformação, transformação que se dá mediante sua inter-relação com a natureza a ele externa.

Dado que o ser humano enquanto um ser que responde “é uma versão da tese marxiana de que os próprios seres humanos fazem sua história, contudo em circunstâncias que eles próprios não escolheram” (Lukács, 2018, p. 336), na sequência da primeira seção buscou-se demonstrar que as atuais circunstâncias experienciadas pela humanidade foram constituídas, em larga medida, pela posição de finalidade tomada pelo ser-social a partir da emergência do modo de produção capitalista, qual seja, de se perseguir a acumulação de valores de troca. Ou nos termos de Mészáros (2012) a expansão desmedida do capital deslocou a sociedade da produção *orientada-para-o-consumo* para o consumo orientado à acumulação e, por serem os valores constituídos, em parte, um obstáculo para a acumulação desmedida, passou-se a produção orientada à destruição.

É a partir dessa compreensão que a seção de número dois desse ensaio tratará da criação destruidora do capital e sua consequência nos complexos-parciais do ser social. Para se demonstrar tal hipótese, a seção está organizada a partir de duas subseções. Na primeira, é destacada a relação entre a produção capitalista, sobretudo a partir da consolidação do *capital fóssil* (Malm, 2016), e a destruição da natureza. Ainda, demonstra-se como é a partir do pós-guerras imperialistas que a ação humana passa a infringir efeitos de maior magnitude sobre o meio ambiente, dado que se mobilizam os avanços científicos do período bélico para a produção crescente de mercadorias industriais e agrícolas. Essa magnitude dos efeitos da ação humana sobre o meio-ambiente nos coloca em uma situação na qual os graus de efetividade das nossas próximas ações, com vias a reverter os danos causados às condições da vida humana na terra nos últimos 70 anos, tendem a ser cada vez menores, isto é, o fazer de nossa história tende a ser cada vez mais determinado por eventos fora do escopo da ação humana. Já na segunda subseção trata-se da relação entre a destruição das condições naturais e seus efeitos na existência de complexos do ser-social. Para que a ideia que se apresenta fique mais nítida, recorre-se à relação do gaúcho com o bioma Pampa.

1. O ser-humano como um ser que reage

Ao longo de sua *Ontologia do Ser-Social*, Lukács (2018) empreende, na esteira da obra marxiana, um esforço expositivo para evidenciar a inescapável posição do ser humano enquanto um ser que responde/reage.

“Como todo ser vivo, o ser humano é por natureza um ser que responde: o entorno põe, à sua existência, à sua reprodução, condições, tarefas etc., e a atividade do ser vivo em sua preservação e na preservação da espécie se concentra em reagir a elas adequadamente (adequadas às próprias necessidades da vida no sentido mais amplo)” (Lukács, 2018, p. 250)

Essa resposta, ou mais especificamente, o como se dá essa resposta, será determinante para, não apenas o surgimento do ser humano, mas para sua constante complexificação. Isso porque, o ser humano “responde adequadamente” às condições externas “com seu trabalho” (Ibid., p. 251), e é essa atividade, exclusivamente humana, que o “separa [...] do animal que reage ao mundo ambiente na moldura ainda altamente estreita das possibilidades biológicas” (Ibid., p. 340). Desse modo, “o tornar-se-humano pode apenas ter lugar objetivamente no trabalho” momento no qual “o ser humano não mais reage animalescamente ao mundo circundante, *i.e.*, simplesmente se adaptando à respectiva dadidade do mundo exterior, mas que, por seu lado, é [...] copartícipe na sua conformação em um mundo ambiente autocriado” (Ibid., p. 518).

Em tudo isto se evidencia um estado de fato ontológico fundamental do ser social: o ser humano, como um ser vivo não mais meramente biológico, mas ao mesmo tempo como membro que trabalha de um grupo social, *não mais se encontra em uma relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem sequer consigo mesmo como um ser vivo biológico*; ao contrário, todas estas interações inevitáveis tornam-se mediadas pelo *medium* da sociedade; e, de fato, a socialidade dos seres humanos significa seu comportamento ativo, prático para com o mundo ambiente como um todo, em um tal modo que o mundo ambiente e suas transformações não são simplesmente suportadas e ele a elas se adapta, mas a elas reage ativamente, confrontando as alterações do mundo exterior com as da sua própria práxis, na qual a adaptação à inexorabilidade da realidade objetiva e das novas posições de finalidade que nela brotam constitui uma inseparável unidade. (Lukács, 2018, p. 158)

Se por um lado a relação com a natureza orgânica e inorgânica deixa de ser imediata, isto é, torna-se mediada pelo processo de trabalho social, que guarda sempre uma posição de finalidade e, nessa, escolhe conscientemente os meios para efetivá-la, essa relação não deixa de ser fundamentalmente necessária. Até porque, como nos diz Marx (2013, p. 255) o “trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu

metabolismo com a natureza”, ou nas palavras de Lukács (2018, p. 9), “sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza”. Ainda, como o objetivo do exercício do trabalho é a realização da posição teleológica, “o conhecimento da natureza tem de ter alcançado um determinado patamar a ela adequado” dado que, caso este não tenha sido “ainda alcançado, a posição de finalidade permanece um mero projeto utópico” (Ibid., p. 21).

Hegel descreveu um aspecto ontologicamente decisivo do papel da causalidade natural no processo de trabalho: sem ser submetida a uma transformação interna, emerge a partir dos objetos naturais, a partir das forças naturais, algo inteiramente outro; o ser humano que trabalha pode inserir suas propriedades, as leis de seu movimento, em combinações completamente novas, conferir a elas funções e modos de operar completamente novos. Desde que, todavia, isto apenas pode se consumir em meio à insuperabilidade ontológica das leis da natureza, a única alteração das categorias naturais pode aqui consistir em que elas — em sentido ontológico — se tornam postas. (Lukács, 2018, p. 20)

Na medida em que o processo de trabalho se torna mais complexo, a relação entre o ser-social e a natureza torna-se cada vez mais mediada. Essa mediação crescente surge, para Lukács, da compreensão, tirada de Hegel (1986, p. 43), na qual o domínio sobre a natureza externa se dá a partir dos meios do trabalho, que são, inclusive, considerados superiores aos seus fins:

Já que, para o trabalho, a indispensável pesquisa da natureza está concentrada antes de tudo na elaboração dos meios, são estes o veículo principal da garantia social da sua fixação nos resultados do processo de trabalho, da continuidade da experiência do trabalho bem como, especialmente, do seu desenvolvimento ascendente. Por isso, para a sociedade enquanto tal, esse conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (ferramentas etc.) *com frequência é mais importante do que a correspondente satisfação de necessidade* (posição de finalidade). (Lukács, 2018, p. 21) (grifo nosso)

Temos, portanto, que o ser-social, como um ser que reage, reage mediado por criações completamente suas e que se deram através do próprio exercício do trabalho, de sua própria posição de finalidade. Isto é, os meios foram se complexificando na medida em que, a partir do exercício do seu metabolismo com a natureza, o ser foi apreendendo novas formas e elaborando novos meios para sua reação. Passou não apenas a se adaptar ao mundo exterior, mas ser copartícipe de sua criação. O mundo material é, nesse sentido, transformado em um mundo no qual a posição de finalidade do ser humano passa a ser, cada vez mais, mediada por suas criações.

Os meios são superiores aos fins, *primeiro*, pois possuem “maior duração [...] ante as finalidades e satisfações imediatas” (Ibid., p. 22). Entretanto, essa relação, de acordo com Lukács, não é tão abrupta quanto Hegel descreve dado que, “a satisfação da

necessidade, na sociedade considerada como totalidade (*Ganzheit*), tem igualmente uma duração e uma continuidade” (Ibid., p. 23). *Segundo*, são os meios que permitem o domínio humano sobre a natureza externa, com a “limitação dialética de que o ser humano permanece submetido a ela em sua posição de propósito” (Ibid.). *Terceiro*, os meios do trabalho se constituem em elo entre o passado e o presente, auxiliando a compreensão daquelas “etapas do desenvolvimento humano das quais não possuímos nenhum outro documento” (Ibid.)

O fundamento para isto está em que a ferramenta, por uma análise correta, não apenas pode revelar a própria história do seu surgimento, mas também abre uma ampla visão acerca do modo de vida, até mesmo da visão de mundo etc., dos seus usuários iniciais. [...] [Os meios e as ferramentas, tornam-se] um ponto importante da diferença entre épocas, e, de fato, é [neles] demonstrada a direção na qual os seres humanos se libertam da dependencialidade ao material natural originariamente utilizado e confere aos seus objetos de uso precisamente aquelas qualidades que correspondem às suas necessidades sociais (Lukács, 2018, p. 24)

Por último, Lukács (2018, p. 24) ainda enfatiza o fato de que os meios, por serem constituídos a partir da “pesquisa dos objetos e processos da natureza” carregam em si atos reais do conhecimento e “com isso, objetivamente, contém o início, a gênese, da ciência”. O que vemos, portanto, é que o processo de resposta e reação do ser-social às condições materiais externas é aquele que, não apenas supera as restrições imediatas, mas aquele que, ao mesmo tempo, constitui e é constituído pelo conhecimento.

O momento da autocriação não altera apenas o entorno enquanto tal, e este não apenas no imediatamente material, mas também em seus efeitos de retorno material sobre o ser humano; assim, p. ex., como consequência do trabalho, o mar, que significou no início um limite ao movimento, torna-se um meio sempre mais intenso de ligação. [...] A acumulação de experiências de trabalho possui, portanto, uma tal dupla linha de superar e de preservar os movimentos adquiridos e, por isso, mesmo quando são fixados em reflexos condicionados, contém em si essa sua origem na posição que, em cada caso, determina o distanciamento entre finalidade e meio, que supervisiona e corrige a realização. (Lukács, 2018, p. 44)

É nesse sentido que podemos entender a afirmação marxiana na qual “o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto” (Marx, 2013, p. 256). Isto é, quando constituído, o meio deixa de ser uma coisa ou um complexo de coisas meramente passivo, mas passa a exercer certa influência sobre as novas decisões de trabalho, serve, assim, como “guia” da atividade humana. Por isso, “o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”” (Ibid., p. 257).

Se entendermos o processo de trabalho em dois momentos – o pôr de finalidade e a seleção dos meios – não estaticamente hierarquizados, mas dinamicamente codependentes, isto é: o próprio pôr de finalidade, na medida em que a criação dos meios altera o mundo ambiente e, portanto, modifica as condições externas sob as quais o ser social reage, é resultado dos meios de produção criados anteriormente; podemos entender que, se a posição de finalidade anterior – do momento em que os meios que agora o ser se defronta foram criados – esteve equivocada, isto é, não respeitou as leis da natureza em um sentido mediado, esses meios agora podem demonstrar não “a direção na qual os seres humanos se liberta[ra]m da dependencialidade” do mundo ambiente externo mas, pelo contrário, a direção na qual nos tornamos mais dependentes desse mundo ambiente.

Lembremos mais uma vez a célebre reflexão com que Marx abre sua mais brilhante análise política, O 18 de brumário de Luís Bonaparte: “*Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado*”. Isso era incontestavelmente verdadeiro até há pouco. Hoje, não mais. Não porque a tensão entre o presente e a carga do passado histórico, entre liberdade e necessidade, tenha deixado de existir, mas porque a relação entre esses dois termos se desequilibrou. O que caracteriza o nosso tempo, após setenta anos de crescentes emissões de GEE, de poluição e destruição da natureza, é a minimização dessa liberdade de escolhas de futuro em face da maximização das condicionantes passadas. E isso por uma simples razão: o sistema Terra (vale dizer, as leis da física e da biologia) restringe hoje ao máximo o leque de possibilidades futuras da história humana. (Marques, 2023, s/p)

O que queremos demonstrar aqui, e que será ampliado na próxima seção, é que a atividade humana, direcionada à produção de valores econômicos, em uma sociedade dividida em classes e, na qual a classe dirigida aparece apenas como meio para os fins da classe dirigente, no decorrer dos últimos séculos, mas sobretudo a partir de meados do século XIX, quando estabelece-se o *capital fóssil* (Malm, 2016), constituiu uma série de meios de produção que se, por um lado, ampliaram a capacidade humana de intervir na natureza externa, por outro, por não respeitar as leis de funcionamento mais amplas da natureza, tornaram nossa capacidade de interferência cada vez menos eficiente e, com isso, chegamos em um estágio no qual nosso controle sobre os fenômenos da natureza externa é cada vez menor. O que seria, nos termos de Antonio Gramsci, um regresso.

Pra Gramsci, entendemos, a noção de progresso, sempre vinculada a uma interpretação das condições objetivas, era inseparável do ‘controle do acaso’. Isto é, para o comunista sardo, a atividade volitiva do homem, o trabalho, teria como pressuposto reduzir ao máximo o acaso.

Noi siamo sempre sulla difensiva contro il «caso», cioè il concorrere imprevedibile di forze contrastanti che non possono sempre essere identificate tutte (e una sola trascurata impedisce di prevedere la combinazione effettiva delle forze che dà sempre originalità agli avvenimenti) e possiamo «offenderlo» nel senso che interveniamo attivamente nella sua produzione, che, dal nostro punto di vista, lo rendiamo meno «caso» o «natura» e più effetto della nostra attività e volontà (Gramsci, C. 9, §65)

Nossa reação às condições externas, sempre mediada pelo trabalho, visa tanto o conhecimento cada vez mais profundo das leis de funcionamento da natureza, quanto o desenvolvimento de meios para nelas intervir e, assim, reduzir os efeitos do “acaso”. Isto é, o trabalho, como atividade humana de adaptação e cocriação ao/do mundo ambiente, visa sempre tornar o mundo mais humano, no sentido em que este esteja cada vez mais condicionado às necessidades humanas e responda adequadamente às ações humanas. Com isso, o progresso ou não da humanidade pode ser entendido, objetivamente, no metabolismo do ser-humano com a natureza, mais especificamente, em quanto conseguimos reduzir os resultados casuísticos e ampliar os resultados da mediação do trabalho. Como no exemplo de Lukács, o mar que antes, por acaso, se colocava como limite intransponível, a partir do progresso dos meios e conhecimentos humanos, tornou-se objeto do trabalho, meio de navegação.

É de mais elevada importância perceber que nada socialmente relevante pode acontecer cujo motor não sejam as posições teleológicas dos seres humanos. Naturalmente há catástrofes naturais etc., contudo, desde as crises da era glacial até o terremoto em Lisboa, entram para a história do ser social como resultado das reações humanas — realizadas em posições teleológicas — a elas. Também aqui se confirma que o ser humano é um ser que responde, que apenas é uma versão da tese marxiana de que os próprios seres humanos fazem sua história, contudo em circunstâncias que eles próprios não escolheram. (Lukács, 2018, p. 336)

As catástrofes naturais, nessa passagem da *Ontologia*, aparecem como um acaso do mundo natural e a posição teleológica aparece apenas na resposta a estas catástrofes. Contudo, com a progressiva ampliação da capacidade humana de intervenção nas leis mais imediatas da natureza, sobretudo a partir da consolidação do *capital fóssil*, as catástrofes ‘naturais’ não devem mais ser entendidas como mero resultado de combinações casuísticas da natureza extra-humana, mas como resultado das intervenções humanas mediadas por uma posição teleológica dirigida à acumulação de valor. Se nessa passagem de Lukács interessam as reações ao acaso, nos interessa também, aqui, as contribuições de nossas ações, tomadas a partir de uma posição teleológica equivocada, para aparentes acasos, como a inundação da cidade de Porto Alegre em maio de 2024. Isto é, a natureza externa sob a qual nos defrontamos, e que de acordo com o consenso científico climático (Marques, 2023) são mais restritivas do que foram no passado,

indicam, por um lado, o sucesso do ser-social em conformar, de maneira forçada, o mundo ambiente aos seus desejos e necessidades e, por outro, o fracasso da posição teleológica que ao não respeitar as leis gerais de funcionamento da natureza extra-humana, destaque-se os limites do Sistema Terra, diminuíram, no presente, o escopo e as possibilidades da ação humana.

2. A criação destruidora e a extinção de complexos parciais

N’*A Ideologia Alemã*, quando buscam sintetizar a sua concepção de história, que consiste em “*desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata*”, exposta nas primeiras páginas do livro, Marx e Engels (2007) nos lembram que,

1) No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não mais forças de produção, mas forças de destruição [...] 2) que as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, derivado de sua riqueza, tem sua expressão prático-idealista na forma de Estado existente em cada caso; é essa a razão pela qual toda luta revolucionária dirige-se contra uma classe que até então dominou (MARX & ENGELS, 2007, pp. 41-42).

A noção de criação destruidora, no âmbito do marxismo, teve grandes contribuições de Mészáros (1989, 2007, 2011). Pode-se entender que na última obra, sobretudo nos capítulos 15 e 16, o autor destaca o papel da depreciação dos produtos do capital como forma de “deslocar (mas não eliminar) a contradição fundamental do capital desenvolvido: a superprodução” (Mészáros, 2011, p. 693). Isto é, a destruição de valor aparece como elemento ineliminável do processo de reprodução do capital. Temos, portanto, uma aparente contradição entre um modo de produção, por um lado, alicerçado na produção crescente de valores de troca e, por outro lado, ineliminavelmente apoiado na destruição de parte dos valores criados.

Quando se fala na destruição de valores de troca, por vezes, aparecem menções aos processos de produção contemporâneos que, já na engenharia dos produtos, inserem a obsolescência programada. Esse fenômeno não é desprezível, mas não dá conta da complexidade da criação destruidora. Os aparelhos telefônicos móveis são um bom exemplo da extensão desta. Se lembrarmos, no último ano do século XX, a empresa estadunidense *BlackBerry* lançava seu primeiro dispositivo, o *BlackBerry 850*, que

permitia a troca de e-mails (limitados em seu conteúdo, é verdade) através de aparelhos móveis. Em 2005, a empresa finlandesa *Nokia* lançava seu *Nokia E61*, com acesso à internet sem fio, tocador de músicas mp3, navegador de internet, servidor de e-mails e uma espécie de pacote office com emulações do *Microsoft Word* e *Excel*. Cinco anos mais tarde, o *Nokia E5-00* contaria com praticamente todas as funções básicas de um smartphone atual: câmera fotográfica, acesso à internet sem fio e a e-mails, conectividade bluetooth, sistema de navegação GPS e uma loja própria de aplicativos. Todavia, esse ainda não contava com tela sensível ao toque, tecnologia já presente no primeiro aparelho de celular móvel da estadunidense *Apple*, lançado em 2007. Esses aparelhos, não necessariamente foram produzidos com um período programado para sua obsolescência, entretanto, o modo de produção capitalista traz consigo, na esfera ideológica, a necessidade de se produzir e se possuir, sempre e crescentemente, o novo. O sistema de SMS, por exemplo, tão popular durante a primeira década do século XXI, caiu em desuso a partir da popularização dos aplicativos de mensagens, como o estadunidense *Whatsapp* e o russo *Telegram*. Nesse sentido, Mészáros (2012) destacará que a expansão desmedida do capital desloca a sociedade da produção *orientada-para-o-consumo* para o consumo pela destruição. Isto é, desde a grande crise de acumulação do capital dos anos 1920 e 1930, os avanços nos meios de produção e, por consequência, nos produtos desses meios têm sido desprovidos de um quadro de referência humanamente significativos. Os aparelhos de telefonia móvel são importantes para a compreensão desse quadro, dado que, em termos práticos, a comunicação dos atuais aparelhos pouco oferece de novo em relação aos aparelhos antigos, o que se adicionou foram compartilhamentos de imagens mais velozes e precisos que, conseqüentemente, demandam maior capacidade de armazenamento e processamento. Fenômeno semelhante ocorre com os veículos automotores, que desde fins do século XX já contavam com as principais características objetivas dos veículos contemporâneos: Ar-Condicionado, Vidros Elétricos, Câmbio Automático e Direção Hidráulica. Os avanços, se assim podem ser chamados, desde meados da primeira década do século XXI são, em sua grande maioria, meramente estéticos. Inclusive, do ponto de vista do consumo de combustível e espaço interno, um *Nissan Kicks* dessa década é menos eficiente que um *Renault Scénic* de meados da década passada.

Todavia, a necessidade crescente de circulação de valores de troca, consequência da necessidade de produção crescente de mais-valor, impede que os avanços tecnológicos

possam ser desfrutados por longos períodos, com a conservação dos meios de produção e a disseminação escalar dos produtos desses meios. Tudo deve ser rapidamente substituído. Produtos da primeira década desse século devem, na sociedade regida pelo capital, ser entendidos como obsoletos e peças do passado. No máximo devem ser usados pelos pobres da sociedade, dado que a propriedade do novo é sempre uma forma de distinção social. Nesse processo de criação destruidora, extratos e substratos de natureza devem ser sempre adicionados à produção, o que tem, dada a necessidade expansiva do capital, levado o sistema-terra ao colapso.

Nesse sentido, a criação destruidora, que em sua inversão schumpteriana apareceu como destruição criativa na teoria econômica burguesa, é aqui entendida, a partir de Mészáros (1989, 2007, 2011) como parte da totalidade do movimento do capital. Não está, portanto, restrita ao mundo contemporâneo no qual produtos eletroeletrônicos são programados para não funcionar em determinado período, mas deve ser ampliado a todo o período do *capital fóssil* dado que, como o corolário desse é a superprodução, a destruição dos valores criados é uma necessidade intrínseca do movimento de valorização do valor. A destruição de valores, deve ser aqui compreendida em um sentido amplo: não apenas a destruição de valores de uso produzidos pelo capital industrial, mas também de valores de uso naturais, como os rios e os biomas, que são arrastados para dentro do processo de reprodução do capital e consequentemente destruídos.

2.1 *Produção capitalista e destruição da natureza*

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial no século XIX a agricultura passou a experimentar um processo de mecanização e de integração progressiva ao setor industrial (ao ponto de Marx (2017) tratá-la, no Livro III d'*O Capital*, como parte integrante do capital industrial), tanto como consumidora de máquinas e ferramentas, quanto como fornecedora de matérias primas. Mas de acordo com Martins (2023, pp. 77-78), é apenas a partir de 1860 que a agricultura adota como referência a fábrica e, daí, consegue “em certa medida, *pré-fabricar as condições naturais de cultivo*: na ausência de água, irriga-se; na ausência de predador natural, pulveriza-se; na ausência de fertilidade natural dos solos, aduba-se com preparados químicos sintéticos altamente solúveis”.

Nesse processo de industrialização da agricultura, ou de avanço do domínio do capital industrial sobre o setor agrícola, os efeitos da produção capitalista na natureza, que no âmbito do surgente marginalismo eram tratados por *Jevons* e depois por *Pigou* como externalidades negativas, dada sua aparência secundária, passam a ser, mesmo no nível da aparência, imediatamente identificáveis. Isto é, se antes na aparência um rio que aparecia poluído pelo despejo de produtos químicos de determinada indústria em seu curso poderia ser visto como ‘externo ao capitalismo industrial’, agora o desvio do curso de um rio para a irrigação de determinada plantação não pode ser mais considerado como algo ‘externo’. Ou seja, o que queremos argumentar aqui é que, se do ponto de vista da totalidade as alterações do capital na natureza extra-humana sempre foram diretas, é a partir da consolidação do *capital fóssil* e da consequente industrialização da agricultura que há uma inflexão no grau da intervenção humana.

Depois das guerras imperialistas da primeira metade do Século XX há um novo momento do capitalismo industrial desenvolvido e, não obstante da agricultura, sobretudo pela aplicação dos avanços científicos obtidos pelos países centrais durante o período bélico. Especificamente no âmbito da agricultura industrial,

Articulou-se uma combinação da genética, da química e da mecânica num pacote tecnológico de fácil aplicação. Desde que se tenha capital, esse pacote tecnológico tem efeito demonstrativo imediato, dada a resposta dos novos cultivares aos insumos químicos e à mecanização dos processos agrícolas. Esse novo momento da agricultura capitalista ficou conhecido pelo rótulo de *Revolução Verde*, possibilitando o incremento da produtividade de 5 a 10 mil kg/ha, dependendo da cultura agrícola. (Martins, 2023, p. 79)

Esse novo momento da intervenção do capitalismo no meio ambiente é tamanho que, no âmbito científico, cria-se o termo *Grande Aceleração*¹, para designar o período pós-guerra. O surgimento dessa classificação se inicia em um estudo do *International*

¹ In 2005, Will Steffen and Paul Crutzen of the IGBP, together with environmental historian John McNeill and others who had participated in the MEA process, attended an intensive one-week seminar in Dahlem, Germany, with the aim of deepening their understanding of the history of the relationship between humanity and nature. Their workshop, chaired by Steffen, drew on findings from the IGBP and MEA to argue that “the 20th century can be characterized by global change processes of a magnitude which never occurred in human history.” After quoting the MEA, their workshop report gave those processes a name: “These and many other changes demonstrate a distinct increase in the rates of change in many human-environment interactions as a result of amplified human impact on the environment after World War II—a period that we term the “Great Acceleration.”” Steffen later wrote that the name Great Acceleration was a deliberate homage to *The Great Transformation*, Karl Polanyi’s influential book on the social, economic, and political upheavals that accompanied the rise of market society in England: “Polanyi put forward a holistic understanding of the nature of modern societies, including mentality, behavior, structure, and more. In a similar vein, the term “Great Acceleration” aims to capture the holistic, comprehensive, and interlinked nature of the post-1950 changes simultaneously sweeping across the socioeconomic and biophysical spheres of the Earth System, encompassing far more than climate change” (Angus, 2016, s/p)

Geosphere-Biosphere Programme (IGBP) que buscava identificar a trajetória do efeito da ação humana na biosfera no período de 1750 a 2000. O que surpreendeu os pesquisadores é que ao invés de encontrarem um aumento gradativo nos indicadores desde a revolução industrial, encontraram uma grande mudança de magnitude nos indicadores pesquisados a partir de 1950 (Angus, 2016). No mesmo período do relatório do IGBP, primeiro quinquênio do século XXI, o *Millennium Ecosystem Assessment* (MEA) publicou um relatório síntese intitulado *Ecosystems and Human Well-Being*, no qual listou alguns exemplos significativos: i) mais terra foi convertida em plantações entre 1950 e 1980 do que entre 1700 e 1850; ii) 20% dos corais foram perdidos e 20% degradados nas últimas décadas do século XX; iii) no mesmo período, aproximadamente 35% das áreas de mangue foram perdidas; iv) a quantidade de águas em represas quadruplicou a partir de 1960, e há mais águas em reservatórios do que em rios naturais. Aproximadamente 70% da utilização capitalista da água se dá na agricultura; v) aproximadamente 60% da concentração de dióxido de carbono observada entre 1750 e 2003 se deu a partir de 1959.

Essa inflexão no grau da ação humana sobre o meio ambiente é tamanha que nosso tempo é caracterizado como o tempo do *colapso ambiental*. Uma das caracterizações do colapso, que não se trata de um evento, mas de um processo, é que a sucessão de estágios é caracterizada por sua aceleração, isto é, os impactos e manifestações tendem a evoluir em escala geométrica e não em escala aritmética. É por isso que sem uma mudança de trajetória radical, isto é, sem a mudança no modo de produção da sociedade, nos tornaremos cada vez mais reféns do acaso.

na ausência de uma mudança de trajetória radical e imediata, ou de curtíssimo prazo, as ações humanas voltadas para a reversão desse processo precisarão ser cada vez mais radicais e serão cada vez menos efetivas, até se tornarem, caso continuem a ser retardadas, quase irrelevantes; mudar nossa trajetória de colapso requer não apenas parar de destruir a natureza agora, mas nos empenhar em reconstruir, na medida do possível, o que foi destruído desde ao menos a década de 1950. Se os últimos setenta anos foram os anos da “Grande Aceleração”, ou seja, da “Grande Destruição”, os próximos decênios terão de ser os da “Grande Restauração”. (Marques, 2023, s/p)

Entretanto, mesmo que revertamos essa trajetória, isso não significa, no médio prazo, a recuperação de determinados biomas e modos de vida destruídos pela evolução do modo de produção capitalista.

2.2 Destruição da natureza e extinção dos complexos parciais

Retomando a *Ontologia* de Lukács (2018, p. 20), temos que o ser social, por meio do trabalho orientado “pode inserir suas propriedades, as leis de seu movimento, em combinações completamente novas, conferir a elas funções e modos de operar completamente novos. *Desde que, todavia, isto apenas pode se consumir em meio à insuperabilidade ontológica das leis da natureza*”. Quando as leis da natureza não são respeitadas, passa-se a experimentar uma resposta do meio ambiente às modificações impetradas e, por vezes, essas respostas, dado o novo ambiente externo experimentado pela vida orgânica, resultam na extinção de espécies, perda de fertilidade dos solos, seca do leito dos rios, etc.

De acordo com Lukács (2018) o ser-social corresponde a um complexo formado por diversos complexos parciais. Isto é, uma visão da totalidade que é articulada e articula suas partes componentes. Logo, mesmo que os complexos parciais tenham características *suis generis*, essas características não podem, e não devem, ser entendidas exclusivamente a partir deles, mas tais características devem ser compreendidas a partir da articulação entre a totalidade e suas parcialidades. Nesse sentido, cada complexo parcial emergiu, e só assim poderia emergir, em meio às condições externas particulares com as quais se defrontou no processo de sua reprodução biológica e social. E essa reprodução biológica e social entendida a partir das leis de movimento impostas pela totalidade do ser-social e, não apenas como resultados mediatos das condições externo-naturais.

a reprodução [biológica] é, [...] aquele momento predominante decisivo pelo qual é determinado o quê, e o como, de cada essência orgânica. Há na natureza orgânica, deste modo – sob forma de novas espécies e novos gêneros – um desenvolvimento progressivo que vai de complexos elementaríssimos a complexos de extrema complicação. Aquilo que de tal desenvolvimento é objetivamente identificável, de um ponto de vista ontológico, é a constante consolidação, a atuação cada vez mais ampla e cada vez mais em profundidade, nesta interação, do momento biológico. (Lukács, 2018, p. 204).

Dessa forma, se os complexos orgânicos mais elementares que dão sustentação à reprodução biológica do ser humano e, conseqüentemente, os limites e possibilidades de sua reprodução social, passam a desaparecer, o processo de trabalho passa a ser drasticamente alterado o que, não imediatamente, passa a ter conseqüências sobre as características daquele complexo parcial que nele se produziu e reproduziu. Como o ser-social é um ser que responde “o espaço de manobra concreto de sua práxis, suas sempre concretas posições teleológicas [...] não pode superar o seu ser-precisamente-assim por último determinado pela economia” (Lukács, 2018, p. 290).

Para que o que se pretende colocar aqui fique mais nítido, nos valeremos de um exemplo breve: o processo de introdução e expansão da soja no bioma Pampa². Barbair e Deutsch (2023) apresentam uma competente história da soja, desde seus primeiros usos como repositora de nitrogênio do solo na Ásia, até sua introdução no mercado mundial e sua disseminação a partir das sementes transgênicas *Round Up Ready* (RR) da Monsanto (hoje incorporada à Bayer). Até 1950, coincidentemente o início da *Grande Aceleração*, o uso da soja no ocidente guardava relações diretas com seu uso no oriente, isto é, seu plantio se dava nas entressafras para a reposição do nitrogênio no solo. Nessa década o total de área dedicada ao plantio da oleaginosa era de 16,5 milhões de hectares, pouco mais de 10% dos 127 milhões de hectares observados em 2020. Do ponto de vista da quantidade de soja produzida, em 1950 eram 16 milhões de toneladas e em 2020 foi de 354 milhões de toneladas. No Brasil, o primeiro milhão de tonelada é produzido apenas no ano de 1969, e já em 1980 a produção havia saltado para 15,2 milhões de toneladas, quase o total da produção mundial 30 anos antes. Contudo, a mudança dramática na produção de soja em solo brasileiro se dá a partir 2003, quando é autorizado o cultivo em escala comercial da soja transgênica. Para que se tenha ideia da magnitude da expansão do plantio a partir do uso da RR, entre 2001 e 2019 a área plantada com soja passa de 13,4 milhões de hectares para 34,2 milhões de hectares.

No Pampa, bioma que abrange parte do Uruguai da Argentina e do estado do Rio Grande do Sul, a soja será introduzida em áreas que antes eram utilizadas para pastagens de gado, uso que é adequadamente sustentável às especificidades do bioma³. No que tange a biodiversidade, um estudo realizado por dezenas de pesquisadores (Andrade et al., 2023) resultou em listas referenciadas totalizando 12.503 espécies (3.642 plantas vasculares, 2.046 algas, 316 briófitas, 1.141 fungos, 5.358 animais, sendo 1.136 vertebrados), indicando que o Pampa, apesar de uma baixa proporção de endemismo, detém aproximadamente 9% da biodiversidade brasileira em uma área de pouco mais de 2% do território total do país. Entretanto, essa biodiversidade está agora ameaçada, justamente pela introdução do monocultivo de soja. Overbeck et. al. (2015) apontam que o Pampa se tornou o segundo bioma mais ameaçado do Brasil.

² Esse exemplo foi mais bem apresentado e fundamentado em um trabalho, submetido à publicação no início deste ano, escrito em conjunto com colegas do GEPOL/UFRGS.

³ <https://oeco.org.br/reportagens/soja-e-silvicultura-tornam-o-pampa-o-2o-bioma-mais-ameacado-do-pais/>

Não obstante a ameaça de extinção da vida orgânico-natural, a introdução da soja e sua proliferação - de uma área de 10mil Km² em 2002 para uma área de 27 mil Km² em 2022, que resultou em uma perda de 30% da área de formação campestre do bioma – ameaçam também a existência do complexo parcial do ser-social que nesse bioma se produziu e reproduziu, o *gaúcho*. A atividade do gaúcho, desde os tempos de liberdade quando se criava gado em campos abertos e sem cercas até sua conversão forçada e violenta à figura de peão de estância, esteve relacionada a lida com o gado e ao uso dos produtos e subprodutos do gado, destaca-se a carne e o couro, para reprodução social e biológica. Trabalhos como Litre (2010), Litre e Bursztyn (2015), Benetti e Picolotto (2025) tratam dessa relação intrínseca entre o modo de vida gaúcho e a criação de gado no Pampa.

Dessa forma, se as especificidades orgânicas do Pampa correm sério risco e, mais ainda, o capital vem, através da introdução progressiva da soja no bioma reduzindo às áreas e as possibilidades de criação de gado, o complexo parcial do ser-social, o gaúcho, que no Pampa e na lida com o gado se produziu e reproduziu, corre também risco de extinção. Não é dizer que necessária e imediatamente se encerrará a vida humana nesse bioma, tampouco que aqueles que ali permanecerem não serão, porventura, também chamados gaúchos. Todavia, as modificações qualitativas, tanto do bioma, quanto do ser-social que o habita, aparecem com tal extensão que as novas formas (orgânicas e sociais) são mais uma ruptura do que uma continuidade.

Portanto, a partir desse exemplo, se buscou demonstrar que, a depender da extensão das modificações impetradas pelo capital nos territórios e biomas que deram origens e permitiram a reprodução de determinados complexos parciais do ser-social, pode-se falar na extinção desses complexos parciais.

Considerações Finais

Nessa exposição preliminar, espera-se, fez-se nítida a relação das características específicas de determinados complexos parciais do ser-social e o seu entorno. Dado que é a partir do metabolismo com a natureza que ser humano desenvolve-se e reproduz-se dinamicamente, alterações que coloquem em risco a vida orgânica e animal que serviram de suporte às realizações de determinado complexo do ser-social, colocam em risco, também, a reprodução daquele complexo parcial.

Teve-se o cuidado para que tal consideração não seja interpretada como algo determinista, mas sim como um processo ontológico que, por se renovar a cada novo movimento, pode apagar determinadas características fundamentais daquele complexo parcial. Não há como se pensar o gaúcho, exemplo utilizado no trabalho, sem o Pampa e o gado. Pode-se até passar a existir ali, dadas as novas respostas que surgirão no meio-ambiente, uma caricatura daquilo que um dia foi aquele complexo parcial do ser-social, mas sua essência, qual seja sua inter-relação com a natureza, estará completamente ausente, seja pela não mais existência de complexos elementares da vida orgânica que formava seu meio ambiente, seja pelo novo processo de resposta surgido das novas conduções.

Por fim, entende-se que essa compreensão pode auxiliar nas pesquisas vinculadas a comunidades e povos tradicionais sem se cair, de um lado, no romantismo e, de outro, em um materialismo mecanicista. Compreende-se que a lente da ontologia nos serve para tratar, de forma objetivo-material, às dificuldades de reprodução social de determinados complexos parciais do ser-social que tiveram seus entornos destruídos ou deformados pelo processo de acumulação capitalista.

Referências

- ANGUS, Ian. Facing the Anthropocene. Nova York: Monthly Review Press, 2016, ebook.
- ANDRADE, Bianca O.; et al. 2023. 12,500+ and counting: biodiversity of the Brazilian Pampa. *Frontiers of Biogeography*: 15, Issue 2.
- BARAIBAR, Matilda; DEUTSCH, Lisa. The soybean through world history: lessons for sustainable agrofood systems. Nova York: Taylor & Francis, 2023.
- BENETTI, Igor B., PICOLOTTO, Everton L. Onde tinha gado, agora tem soja: descenso estancieiro e ascensão dos gringos em São Martinho da Serra/RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2025, v. 63. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2025.288184>
- LITRE, Gabriela; BURSZTYN, Marcel. Percepções e adaptação aos riscos climáticos e socioeconômicos na pecuária familiar do bioma pampa. *Ambiente & Sociedade*, 2015, 18(3), 55–80. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC668V1832015>
- LITRE, Gabriela. Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no pampa do Uruguai, Argentina e Brasil. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2010, 474p.
- LUKÁCS, Gyorgy. A Ontologia do Ser Social. Volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARTINS, Adalberto F. G. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a exploração do trabalho camponês. São Paulo: Expressão Popular, 2023, 181p.

MARQUES, Luiz. O Decênio Decisivo. São Paulo: Editora Elefante, 2023, ebook.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.

OVERBECK, et. al. Conservatio in Brazil needs to include non-forest ecosystems. Diversity and Distributions, 2015, v. 21: 1455-1460. <https://doi.org/10.1111/ddi.12380>